



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 901/2015–ML

**ASSUNTO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 26.271/2015-e

**EMENTA:** CONHECIMENTO DAS FICHAS ADMISSIONAIS PELO **PLENÁRIO**. DECISÃO Nº 4.953/2012-**TCDF**. CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS REALIZADAS PELA SEE/DF. ANÁLISE NO PROCESSO Nº 28.424/2012. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O CONHECIMENTO DAS FICHAS ADMISSIONAIS E DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS. PARECER CONVERGENTE DO **MPC/DF**, COM ADENDO. **RECOMENDAÇÃO**

1. Os autos cuidam do conhecimento das fichas admissionais referentes a contratações temporárias de Professores realizadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, regulado pelo Edital nº 1/2012 - SEAPSE (DODF de 29/11/2012) e acompanhado pelo c. **TCDF** por meio do Processo nº 28.424/2012.

2. A Divisão de Atos de Admissões destacou que, consoante a sistemática estatuída na r. Decisão nº 4.953/2012, proferida no bojo do Processo nº 36.104/2011, cujo objeto era a definição de procedimento a ser adotado quanto à análise das fichas admissionais referentes à contratação temporária de pessoal, cadastradas no SIRAC, **somente seria o caso de o c. Plenário tomar conhecimento das respectivas fichas.**

3. A propósito, transcrevo trecho da Representação da 4ª Inspeção, contida no Processo nº 36.104/2011, com a qual anuíram os insígnios Conselheiros:

*“34. Por fim, sintetizamos abaixo a proposta de trabalho elaborada por esta Inspeção:*

*1. O Tribunal ‘tomaria conhecimento’ de todos os contratos temporários já cadastrados no SIRAC, cujos prazos de validade estão encerrados;*

*2. Buscando atuação tempestiva e concomitante do TCDF, a análise dos contratos temporários, a partir de 2012, continuará sendo feita:*

*a) de forma eletrônica (GESPRO e SIRAC), periodicamente, com atuação de processo específico em caso de suposta ilegalidade;*

*b) via auditoria anual, por amostragem, focando a fiscalização nas admissões materializadas em carências definitivas de professores;*

*3. As contratações ocorridas em carências provisórias, permitidas por lei, o TCDF apenas delas tomaria conhecimento.”*

4. Nesse contexto, ao abrigo do quanto decidido pelo c. **Plenário**, a Unidade Técnica, para o presente caso, sugeriu ao e. **Tribunal**:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*“I – tomar conhecimento:*

*a - das fichas admissionais juntadas ao presente processo;*

*b - das seguintes contratações temporárias de Professores, decorrentes de aprovação no Processo Seletivo Simplificado regulado pelo Edital nº 01/2012–SEAP/SE, publicado no DODF de 29.11.2012:*

**Professor - Área 1, especialidade: Matemática:** Adriana Ponte da Costa Malaquias, Alessandra Marciel Amorim, Amanda Conceição Tomé, Ana Paula Sena Cardoso, André Pereira de Sousa Neto, Antonio da Silva, Antonio Rafael da Silva Junior, Aurenilson Oliveira Nunes, Carlos Alberto Dias Roberto, Christian Lisboa Dos Santos, Cleurilde Lacerda Pereira, Cristina Vargas Dos Santos Ferreira, Daiane de Sousa Rodrigues de Lima, Edmilson de Melo E Silva, Elisangela Antunes Rocha, Eronildes Jose da Silva, Fabio Henrique da Silva, Fatima Aparecida Angelica Nogueira, Flavia Andreia de Carvalho Gonçalves, Francielen Romualdo Inácio Ferreira, Fábio Henrique Gomes, Graciela Alves da Silva Dos Santos Paixão, Jefferson Vidal Carvalho Costa, Joel Moreira da Costa, Joleiny Driely de Sousa Mesquita, José Pereira de Oliveira, Juliana Gabriele Gonçalves Moreira, Kelen Tatiane da Silva, Lilian Gomes Borges, Loiane Campos Pereira, Luiz Antônio Marmori Mota, Maiana Ferreira de Freitas Souza, Marco Antonio Custodio Queiroz, Maria Esterlene de Toledo Silva, Maria Helena Soares Silva, Marilene Luiz Rocha, Marinei de Oliveira Mendes e Silva, Mauro Costa de Araujo, Miriam Silva de Araujo, Pedro Guedes de Melo, Rejane Bontempo de Faria da Mota, Renata Alves da Silva, Renata Ximenes Portela, Ricardo Mesquita Sales, Rozália de Menezes Fontenele, Sandra de Fátima Xavier de Macedo, Tatiane Lopes Dos Santos, Tereza Klimontovics de Jesus, Valdeci José Martins Gonzaga e Wagner Fraga Dos Santos; e

*II – autorizar o arquivamento dos presentes autos”.*

5. Após este relato, passo à análise do presente feito.

6. Como relatado, esta e. **Corte de Contas**, no Processo nº 36.104/2011 (r. Decisão nº 4.953/2012), decidiu, à unanimidade, que, nas hipóteses de contratações temporárias, seria o caso de o c. **Plenário** apenas **tomar conhecimento** das fichas admissionais referentes às contratações cadastradas no SIRAC. Eis o trecho do r. **Decisum**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu aos votos dos Revisores, Conselheiros RONALDO COSTA COUTO e INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – tomar conhecimento da Representação de fls. 1/23; II - autorizar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal a: a) dar conhecimento ao Plenário das fichas admissionais referentes às contratações temporárias atualmente existentes no Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC em autos específicos; b) adotar os procedimentos descritos no parágrafo 34 da Representação de fls. 1/23; III – determinar o arquivamento dos autos.”*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

7. Desse modo, ao abrigo da supracitada r. Decisão **Plenária**, o momento atual é de conhecimento das 50 fichas admissionais constantes dos presentes autos.

8. Não é demais lembrar que, de acordo com a sedimentada jurisprudência do c. **Supremo Tribunal Federal**, nas hipóteses de contratações temporárias, abrigadas pelo art. 37, IX, da Lei Maior, é **dever** da Administração demonstrar a adequada limitação das hipóteses de exceção, sob pena de, não o fazendo, violar o preceito constitucional da obrigatoriedade do concurso público e, conseqüentemente, incorrer em injustificada violação à Carta da República (e.g. ADI 3.237/DF, **Tribunal Pleno**, Rel. Min. **Joaquim Barbosa**, DJe de 19/8/2014 e ADI 3.116/AP, **Tribunal Pleno**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Cármem Lúcia**, DJe de 24/5/2011).

9. Com efeito, malgrado esse c. **Tribunal** já possa tomar conhecimento das fichas de admissão constantes destes autos, este **Parquet** de Contas evidencia a existência de acumulação de cargo público de **agente comunitário de saúde e professor** com o exercício da atividade temporária, nas fichas 5/6, 8/9 e 24/25.

10. A acumulação descrita nas fichas 8/9 e 24/25 (professor com atividade temporária) **poderia** estar em **dissonância** com o disposto no art. 6º da Lei distrital nº 4.266/2008, que regulamentou o art. 19, VIII, da LODF.

11. No entanto, esse c. **Tribunal** deliberou, na sessão de 2/10/2014, pela aplicação do disposto no art. 37, XVI, da Constituição Federal também às contratações temporárias (**r. Decisão nº 4.974/2014 – Processo nº 14.481/2014**), decorrente, inclusive, do disposto no art. 11 da Lei nº 4.266/2008, que remete à aplicação do art. 118 da Lei nº 8.112/1990<sup>1</sup>.

12. Assim, considerando o magistério desempenhado no cargo público e na atividade temporária e a compatibilidade de horários exigida pelo texto constitucional, entende-se por lícita a referida acumulação.

13. Com relação ao servidor André Pereira de Sousa Neto, ficha 5/6, observa-se que ocorreu acumulação, na atividade, do cargo de agente comunitário de saúde com o de professor temporário do DF; no entanto, o contrato temporário foi encerrado em 19/12/2013.

<sup>1</sup> “Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

14. De se verificar que o cargo de agente comunitário de saúde exige nível médio, não sendo aplicável o disposto no art. 46, § 1º, da LC nº 840/2011<sup>1</sup>. Outrossim, não há informação de que o cargo ocupado pelo servidor fosse de natureza técnica ou científica, de modo a possibilitar a cumulação nos termos do art. 37, XVI, **b**, da CF/1988.

15. Por essa razão, aos olhos do **MPC/DF**, poderá o c. **Plenário recomendar** à jurisdicionada que, em futuras contratações temporárias, verifique o disposto no art. 37, XVI, da CF/1988, bem como o conteúdo do art. 46 da LC nº 840/2011, a fim de evitar ilegalidade em contratações dessa natureza.

16. Ante o exposto, considerando o entendimento sedimentado desta **Casa** no tocante ao conhecimento das fichas admissionais, o **MPC/DF**, com o **adendo** especificado no parágrafo anterior, opina pelo acolhimento da sugestão emanada da Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador

---

<sup>1</sup> “§ 1º Presume-se como cargo de natureza técnica ou científica, para os fins do inciso II, qualquer cargo público para o qual se exija educação superior ou educação profissional, ministrada na forma e nas condições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”